

CONTRATOS DE GESTÃO

(Versão Janeiro de 2020)

Legislação:

Lei Estadual nº 11.743, de 11 de janeiro de 2000.

Decreto nº 23.046, de 19 de fevereiro de 2001.

Lei 15.210, de 19 de dezembro de 2013 (aplicada por analogia)

1. Do Processo Seletivo

1.1. Realização de processo seletivo () fls.____ ou justificativa para a impossibilidade por enquadramento do caso em uma situação de inexigibilidade circunstancial, quando a singularidade, a complexidade e/ou a interdependência técnica dos serviços não permitem que nenhuma outra entidade possua capacidade técnica e operacional para executá-los fls.____;

1.2. Em caso de realização de processo seletivo:

1.2.1. Aprovação do Edital pela assessoria jurídica () fls. _____;

1.2.2. Elementos essenciais do edital de seleção:

1.2.2.1. Programação orçamentária () Item ____;

1.2.2.2. Descrição detalhada da atividade a ser executada () Item ____;

1.2.2.3. Indicação dos bens que serão disponibilizados () Item____ fls. _____;

1.2.2.4. Limite máximo de orçamento () Item____ fls. _____;

1.2.2.5. Descrição do quantitativo e da qualificação dos servidores que serão cedidos, se for o caso () Item____ fls. _____;

1.2.2.6. Possibilidade de participação de entidades sem fins econômicos não qualificadas como OS () Item____;

1.2.2.7. Datas, prazos, condições, local e forma de apresentação da proposta de trabalho () Itens____;

1.2.2.8. Critérios objetivos de seleção da proposta de trabalho mais vantajosa (técnica e financeiramente) () Item ____;

1.2.2.9. Critérios de habilitação jurídica e de regularidade econômico-financeira, fiscal e trabalhista da entidade () Itens____;

1.2.2.10. Metas e indicadores de desempenho () Itens___;

1.2.2.11. Prazo razoável para a entidade selecionada qualificar-se como OS após a divulgação do resultado final () Item___;

1.2.2.12. Minuta do contrato de gestão () fls.____;

1.2.3. O orçamento referencial prevê rubricas relativas à:

1.2.3.1. “Taxa de administração” ou “despesas administrativas” estipulada em termos percentuais sobre o valor do contrato? () fls.____;

Obs.:A previsão de remuneração da entidade pelo gerenciamento das atividades mostra-se incompatível com o referido regime de colaboração, conforme já decidiu o TCU (AC nº 3.931/2012) e de acordo com o que preceitua a Resolução nº 0020/2005 do TCE.

1.2.3.2. Auditoria externa? () fls. ____;

Obs.: Entende-se que os custos com auditoria externa referem-se à organização social, no exercício de suas atividades, e não à prestação dos serviços no âmbito do contrato de gestão. Por este motivo, não é possível incluir tais custos no orçamento referencial do contrato.

1.2.3.3. Pagamento de auxílios financeiros a beneficiários do programa governamental objeto do contrato? () fls. ____;

1.2.3.3.1. Em caso afirmativo, nota técnica sobre o cumprimento dos requisitos impostos pelo art. 51 da LDO de 2018 (Lei nº 16.148/17), demonstrando:

- a) o objeto do contrato contemple fomento ao esporte, assistência social e/ou educação;
- b) a necessidade do benefício como garantia da eficácia do programa governamental específico;
- c) a existência de prévia publicação de normas para a concessão do benefício, com critérios objetivos de habilitação e seleção dos beneficiários;
- d) o pagamento pelo órgão ou entidade pública, diretamente ou por instituição financeira;
- e) a vinculação do pagamento ao controle de frequência e aproveitamento dos beneficiários, quando for o caso; e
- f) a garantia de transparência e publicidade na execução das ações governamentais legitimadoras do benefício.

1.2.4. Publicação do extrato do edital na internet () fls.____;

1.2.5. Relatório conclusivo da comissão de seleção acerca do julgamento das propostas de trabalho, com análise da compatibilidade do objeto do contrato de gestão com os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da entidade. () fls.____;

1.2.6. Publicação do resultado da seleção na internet () fls.____;

1.3. Caso não haja processo seletivo prévio, os autos deverão ser instruídos com um termo de referência, que contenha os elementos descritos nos itens 1.2.2.1 a 1.2.2.3., 1.2.2.5., 1.2.2.10 e

1.2.2.12., além do orçamento referencial,

1.3. Apreciação do Conselho de Políticas Públicas correspondente à área de atuação relativa à atividade que se pretende contratar, onde houver (art. 8º do Decreto nº 23.046/00) () fls. _____;

1.4. Apreciação da ARPE, inclusive sobre os valores de referência aplicáveis (art. 11, “b”, do Decreto nº 23.046/00 () fls. _____;

2. Da Celebração do Contrato de Gestão

2.1. Decreto estadual de qualificação ou de requalificação, se for o caso (art. 27-A, Lei nº 11.743/00) () fls. _____;

2.2. Indicação da conta corrente exclusiva aberta pela contratada para gestão dos recursos provenientes do contrato de gestão () fls. _____;

2.3. Minuta do contrato de gestão, rubricada pela assessoria jurídica do órgão contratante, com as seguintes previsões mínimas, extraídas da Lei nº 11.743/00 e, por analogia, da Lei nº 15.210/13:

2.3.1. Objeto, com a especificação do serviço publicizado (art. 14, §3º, I, da Lei nº 11.743/00) () Cláusula _____;

2.3.2. Especificação do programa de trabalho, que deverá conter orçamento, acompanhado de planilhas de custos referentes à aplicação dos recursos públicos transferidos, metas a serem atingidas e prazos de execução() Cláusula _____ fls. _____;

2.3.3. Previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados mediante indicadores de qualidade e produtividade (art. 15, I da Lei nº 11.743/00)() Cláusula _____ fls. _____;

Obs.: OS ITENS 2.3.2 e 2.3.3 PODEM ESTAR CONTEMPLADOS EM DOCUMENTOS ACESSÓRIOS (EX.: 1. PLANO/PROGRAMA DE TRABALHO, 2. PLANO DE METAS, 3. INDICADORES DE DESEMPENHO, 4. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO)

2.3.4. Forma de desembolso dos repasses financeiros, com previsão de parcela variável, a depender da avaliação de desempenho e dos resultados apresentados (art. 10, V, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.5. Créditos orçamentários destinados ao cumprimento do ajuste, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano/Programa de Trabalho () Cláusula _____;

2.3.6. Vinculação dos repasses financeiros realizados pelo Poder Público ao cumprimento das metas pactuadas (art. 10, XVII, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.7. Previsão de que os créditos orçamentários destinados ao cumprimento do ajuste serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão (art. 22, §2º, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.8. Estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da organização social, no exercício de suas funções públicas (art. 15, II da Lei nº 11.743/00) () Cláusula _____;

2.3.9. Indicação do prazo de vigência, que não poderá, considerando as prorrogações, exceder o prazo máximo de 10 anos (art. 10, inciso X, da Lei 15.210/2013) () Cláusula _____;

2.3.10. Discriminação dos servidores cedidos e dos bens públicos cujo uso será permitido à OS, com a obrigação de manutenção e conservação de todo o patrimônio público destinado à execução do contrato de gestão (art. 10, XVIII, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____
fls. _____;

Obs.: PODE VIR A SER UM ANEXO DO CONTRATO, EM QUE SE CONSIGNEM OS SERVIDORES OU BENS CEDIDOS, ESTES COM A INDICAÇÃO DO RESPECTIVO TOMBAMENTO, NO CASO DE BENS MÓVEIS, OU REGISTRO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO ESTADUAL, QUANDO SE TRATAR DE IMÓVEIS.

2.3.11. A obrigação de a OS publicar, no prazo de 90 dias a contar da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio, contendo os procedimentos que devem ser adotados para a contratação de obras, serviços, compras e alienações com emprego de recursos públicos (art. 14, §2º, da Lei nº 11.743/00) () Cláusula _____;

2.3.12. A obrigação de a OS apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do contrato, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados (art. 14, §3º, V, da Lei nº 11.743/00) () Cláusula _____;

2.3.13. A obrigação de a Administração publicar, na imprensa oficial do Estado, o extrato do contrato de gestão e de demonstrativo da sua execução física e financeira. (art. 14, §3º, VI, da Lei nº 11.743/00) () Cláusula _____;

2.3.14. Cláusula de reversão de deságio, prevendo que, uma vez adquiridos bens ou serviços por valor inferior àquele estipulado na proposta de trabalho, seja o excedente revertido em prol da operacionalização do próprio objeto do contrato de gestão (exigência fruto de orientação da PGE) () Cláusula _____;

2.3.15. Possibilidade de repactuação das metas ou das atividades contratadas, a qualquer tempo, para sua adequação às necessidades da Administração, mediante a inclusão, exclusão e permuta dos serviços ou de seus quantitativos, assegurada a revisão dos valores financeiros de repasse ou a suplementação de verbas (art. 10, XI, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.16. Possibilidade de renegociação anual do valor contratual repassado, desde que documentalmente comprovada a variação efetiva dos custos de produção e dos insumos (art. 10, XII, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.17. Direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em situações imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado (art. 10, XIII, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.18. Previsão de que a prorrogação de vigência, a repactuação de metas, a renegociação e o reequilíbrio do contrato de gestão serão objeto de termo aditivo, fundado em pareceres favoráveis da Comissão de Avaliação e aprovado pela autoridade máxima do órgão supervisor do contrato de gestão (art. 11 da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.19. Previsão dos casos que permitirão a rescisão antecipada e a intervenção da Administração nos serviços contemplados no contrato de gestão (art. 10, XIV, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.20. Obrigação da contratada manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas na seleção, em especial a regularidade com a Fazenda Pública, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça do Trabalho (art. 10, XV, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.21. Vedação à cessão total ou parcial do contrato de gestão pela OS, sem prévia autorização do Poder Público (art. 10, XVI, da Lei nº 15.210/13) () Cláusula _____;

2.3.22. Sanções previstas para o caso de inadimplemento (Orientar-se que sejam utilizadas as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, no que forem compatíveis, e a penalidade de desqualificação, nos moldes previstos pelo art. 25 da Lei Estadual nº 11.743/00) () Cláusula _____;

3. Instrução Processual

3.1. Apreciação do Conselho de Políticas Públicas correspondente à área de atuação relativa à atividade que se pretende contratar, onde houver (art. 8º do Decreto nº 23.046/00) () fls. _____;

3.2. Apreciação da ARPE, inclusive sobre os valores de referência aplicáveis (art. 11, “b”, do Decreto nº 23.046/00 () fls. _____;

3.3. Aprovação do contrato de gestão pelo Conselho de Administração da OS (art. 17, II, do Decreto nº 23.046/00) () fls. _____;

3.4. Juntada do Plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da contratada aprovado pelo Conselho de Administração da OS (art. 17, VIII, do Decreto nº 23.046/00) () fls. _____;

3.3. Designação da Comissão de Avaliação (monitoramento) do contrato de gestão pela autoridade do órgão supervisor (art. 32, § 1º, do Decreto nº 23.046/00) () fls. _____;

3.4. Documentos comprobatórios da vantajosidade do preço contratual, tais como contratos anteriormente celebrados, cotações de preços, tabelas referenciais, notas fiscais, dentre outros () fls. _____;

3.5. Declaração do setor competente, com base na documentação comprobatória indicada no item anterior, acerca da compatibilidade mercadológica do preço contratual () fls. _____;

3.6. Nota de empenho em valor suficiente para cobrir as despesas do exercício () fls. _____ e, caso o contrato ultrapasse o exercício financeiro, empenho em valor suficiente para as despesas do exercício e empenho residual no início do exercício seguinte, devidamente registrado em termo de apostilamento () fls. _____;

3.7. Se já estiver em execução, publicação do extrato do contrato no DOE (art. art. 14, §3º, VI, da Lei nº 11.743/2000) () fls. _____;